

Amazonino está acima do bem e do mal

Com ampla maioria no Legislativo estadual, governador não teme abertura de processo nem CPI para investigar compra de votos

Ronaldo Brasiliense
Enviado especial

Manus — O rolo compressor que o governador Amazonino Mendes (PFL) mantém na Assembléia Legislativa do estado — onde manda em 16 dos 24 deputados estaduais — praticamente afasta qualquer possibilidade de se instalar no Amazonas uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A CPI investigaria a participação do governador amazonense na empreiteira Econcel, conforme denúncia do **Correio Braziliense**, e no esquema

de compra de votos dos deputados federais acreanos a favor da emenda da reeleição.

Os partidos de esquerda, minoritários na Assembléia, ainda tentavam ontem localizar e convencer a deputada Márcia Costa (sem partido) a assinar o requerimento para garantir o quorum de um terço dos deputados necessário para apresentar o pedido de instalação da CPI.

Mesmo que consigam convencer Márcia Costa, os partidos de esquerda já estão conscientes de que a CPI será abortada no nascedouro. É que são necessários 13 votos, em

plenário, para que a CPI passe a funcionar e nem o mais otimista deputado amazonense acredita que parlamentares da base de apoio do governador venham a trocar de lado a essa altura do campeonato.

Nem CPI, nem processo. Cabe exclusivamente ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, propor ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a abertura de processo criminal contra o governador. Se Brindeiro não fizer isso, ninguém pode fazer em seu lugar. E, ao que deixa parecer sua movimentação — o procurador não quer nem falar no assunto —, ele não pretende processar o governador do Amazonas. Pelo menos por enquanto.

Mesmo que peça ao STJ abertura de inquérito contra Amazonino, o tribunal tem que pedir licença à Assembléia Legislativa para pro-

cessar o governador. A situação, no caso, seria a mesma da CPI. Amazonino Mendes tem folgada maioria na Assembléia e dificilmente os deputados que o apóiam permitiriam a abertura de processo contra ele.

O deputado Eron Bezerra (PC do B), um dos críticos mais radicais de Amazonino Mendes, contabilizava os votos de sete deputados a favor da CPI: Ademar Marques (PSC), Eron Bezerra, Joaquim Corado (PRTB), Miguel Bianco (PMDB), Roberto Rui (PSD), Sebastião Reis (PMDB) e Valdenor Cardoso (PSDB).

PASSEATA

O Movimento pela Ética na Política saiu às ruas de Manaus, ontem,

defendendo a convocação de uma CPI para apurar as denúncias contra o governador Amazonino Mendes, num eclético bloco que reuniu desde a esquerda radical, represen-

tada pelo PSTU e PC do B, até a Igreja Católica.

Em milhares de panfletos distribuídos à população, os líderes da manifestação — entre os quais Serafim Corrêa (PSB), candidato derrotado nas eleições para a prefeitura de Manaus no ano passado — alertavam para a gravidade do esquema de corrupção montado no

Amazonas. Os principais alvos: o ministro das Comunicações, Sérgio Motta; o governador do estado, Amazonino Mendes, e o deputado federal Pauderney Avelino (PFL).

Na versão do Movimento pela Éti-

ca na Política, o esquema de compra de votos para a emenda da reeleição funcionava assim: o deputado Pauderney Avelino “negociava” com os deputados o apoio para a aprovação da reeleição. Concordando com o “negócio”, os deputados eram encaminhados ao ministro Sérgio Motta, que “acionava” o governador Amazonino Mendes. Este providenciava os R\$ 200 mil para a compra dos deputados.

“Essa manifestação mostra que o povo amazonense quer a apuração de todos os atos de corrupção”, disparou Serafim Corrêa, um dos participantes da passeata, que saiu da praça do Congresso e seguiu, com discreta fiscalização de soldados da Polícia Militar, reunindo 500 pessoas — e muitos estudantes —, até a praça da Matriz, no centro comercial da Zona Franca de Manaus.



Maracutaia amazônica